

Política

contato@d24am.com, redacao@diarioam.com.br siga-nos  twitter.com/portald24am  facebook.com/D24am
Diarioamazonas.com.br



Campanha Entidade questiona a legalidade a alta do ICMS, por tramitar como lei ordinária e não como lei complementar, como foi encaminhado pelo Governo do Amazonas para a Assembleia Legislativa

Encargos A OAB lançou, ontem, a campanha 'Mais imposto: tô fora', que contou com o apoio de dirigentes de entidades empresariais do Amazonas

Renald Oikita

Álison Castro
redacao@diarioam.com.br
Manaus

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Amazonas (OAB-AM) sustentou, ontem, que a tramitação do projeto de lei que aumenta em 2% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é irregular, por tramitar como lei ordinária e não como lei complementar, como foi encaminhado pelo Governo do Amazonas para a Assembleia Legislativa do Estado (ALE).

A OAB lançou, ontem, a campanha 'Mais imposto: tô fora', que contou com o apoio de dirigentes de entidades empresariais do Amazonas. Durante o lançamento, os líderes empresariais pediram o apoio da sociedade contra a proposta do governo.

Para o presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-AM, Luiz Felipe Brandão Ozores, o Estado optou por um caminho mais fácil para conseguir a aprovação da proposta que é a lei ordinária, que precisa apenas de aprovação por maioria simples de votos na ALE. "Ao fazer isto se deturpa o Legisla-

"TREMOS COLOCAR PAINÉIS ESPALHADOS PELA CIDADE PARA MOSTRAR COMO CADA PARLAMENTAR VOTOU PORQUE O CIDADÃO TEM QUE SABER O POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES"
Marco Aurélio Choy, presidente OAB-AM.

tivo, se facilita a aprovação de uma lei que não seria tão facilmente aprovada se respeitasse o processo legislativo inerente a uma legislação complementar (...) Quando se vai para uma discussão de lei complementar, se vai para uma discussão maior, uma interação maior, o processo legislativo é mais afinado e, talvez neste processo legislativo, o conceito de quais produtos seriam supérfluos se consiga uma melhor entendimento. Não é razoável pensar que óleo diesel ou bens de consumo diários sejam interpretados como supérfluos", disse Ozores.

A proposta de aumento do ICMS está na pauta para ser votada na manhã de hoje pelos deputados.

De acordo com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas em Manaus (CDLM), Ralph Assayag, a proposta de aumento de imposto feito pelo governador José Melo (PROS) irá encare-

DIESEL

Prefeito de Manaquiri diz que transporte escolar será afetado

O prefeito de Manaquiri, Jair Souto (PMDB), disse que o transporte escolar do município será afetado com o aumento do imposto sobre óleo diesel e derivados, conforme proposta do governo do Estado. O Projeto de Lei 26/17 encaminhado pelo governo José Melo para a Assembleia Legislativa do Estado (ALE) eleva a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2% para diversos produtos considerados 'supérfluos'. "Eu espero que a Assembleia tenha uma atenção dobrada sobre o assunto. No meu ponto de vista não cabe o aumento de tributação, nesse momento",

cer em até 6% os produtos para o consumidor final, alertou. "Haverá aumento no óleo diesel, que terá aumento de 2% de imposto e também mais 2% em cima de produtos como perfumaria, ou produtos que você usa no dia a dia, como pasta de dente, es-

disse o prefeito, durante visita, ontem, à REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO (RDC). De acordo com o prefeito, o aumento do imposto também vai prejudicar os pequenos produtores e pescadores dos municípios do interior. Além de encarecer o transporte. "O aumento da tributação vai refletir no transporte escolar que é uma das maiores despesas das prefeituras no interior", comentou ao afirmar que em Manaquiri, com 30 mil habitantes, são empregadas cem embarcações para transportar 4,1 mil estudantes que seriam afetados com o aumento do preço do combustível.

cova, refrigerante, entre outros. Automaticamente este valor (aumento) vai chegar até 6% na ponta. Então, vamos perder poder aquisitivo. Isto vai atingir diretamente as vendas", disse.

O presidente da OAB-AM, Marco Aurélio Choy, disse

que o momento não é para se aumentar imposto. "Depois da votação, iremos colocar painéis espalhados pela cidade para mostrar como cada parlamentar votou para o acompanhamento, porque o cidadão tem que saber o posicionamento dos parlamentares quanto a um projeto de lei que entendemos ser inoportuno", disse.

Choy destacou a adesão de outras entidades como a CDLM, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) e disse que a OAB avalia ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. "Se efetivamente este projeto ser aprovado, iremos ao Judiciário questionar este aumento irrazoável", afirmou.

Para o presidente do Sinduscon, Frank do Carmo Souza, a carga tributária já é muito alta no setor da construção civil. "Este aumento gera um aumento considerável na ponta em dois itens como veículos automotores e no óleo diesel, porque todo transporte utilizado neste setor vai encarecer, e sempre que encarece você fica com o custo final mais alto. E em um setor que já está achatado, você gerar mais custo, fica difícil", disse.

sobe e desce >>

 sobe		 sobe	
Cleinaldo Costa REITOR DA UEA >>Parceria entre UEA e Universidade de Harvard é destaque no portfólio anual da instituição americana.		Antônio Silva PRESIDENTE DA FIEAM >> Entidade assina Agenda Legislativa da Indústria 2017, com 131 proposições no Congresso.	
 desce	 desce	 desce	 desce
Roberto Gonçalves EX-GERENTE DA PETROBRAS >>Suspeito de receber cerca de US\$ 5 milhões de propina em contas no exterior.		Ilich Ramírez Sánchez TERRORISTA >>Condenado à prisão perpétua por atentado contra uma galeria comercial de Paris em 1974.	

Mais notícias

- [Inflação da construção civil cai, mas acumula 5,87% em 12 meses](#)
- [Prefeito de Ipatinga assina decreto que otimiza o setor de construção civil](#)
- [Confiança da construção cresce e atinge maior nível desde junho de 2015](#)
- [MPF/AM firma acordo para recuperar prédios históricos em Manaus](#)
- [OAB lança ação contra aumento de impostos no Amazonas](#)
- [Antonio Silva no lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2017](#)
- [Entidades intensificam críticas à discussão sobre elevação de tributos](#)
- [Governo estuda acabar com a desoneração](#)
- [Cbic nega que haja risco de aumento da pejetização](#)
- [Uma solução para os distratos](#)
- [Gerdau inicia fabricação de peças para setor eólico com grupos japoneses](#)
- [Câmara aprova cartão-reforma para famílias com renda até R\\$ 2,8 mil](#)
- [Governo pretende retirar desoneração da folha de todos os setores](#)